



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680068 - SP (2021/0218866-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : JEFFERSON SA VALENCA CLEMENTE MACHADO
ADVOGADO : JEFFERSON SÁ VALENÇA CLEMENTE MACHADO - SP194787
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL SILVA MUNIZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAEL SILVA MUNIZ em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Processo n. 2141919-11.2021.8.26.0000).

O paciente foi condenado à pena de 6 anos, 4 meses e 24 dias de reclusão em regime inicial semiaberto pela prática do crime tipificado no art. 157, §2º, inciso II, c/c artigo 71, *caput*, do Código Penal.

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal devido à incompatibilidade da prisão preventiva com a fixação de regime inicial semiaberto, existência de predicados pessoais favoráveis a o paciente e carência de fundamentação idônea da decisão hostilizada.

Requer, em pedido liminar e no mérito, a concessão da ordem a fim de que o paciente possa recorrer em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em especial porque a decisão atacada justificou as razões do convencimento, apresentando os seguintes argumentos:

Isso porque, cabível a segregação cautelar do paciente, conforme o artigo 387, § 1º, do Código de Processo Penal, que dispõe que o juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento da apelação que vier a ser interposta. E o excelso Supremo Tribunal Federal já decidiu que ofende o princípio da não culpabilidade a execução da pena privativa de liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, ressalvada a hipótese de

prisão cautelar do réu, desde presentes os requisitos autorizadores previstos no art. 312 do Código de Processo Penal(Habeas Corpus nº 84078 Informativo 534).

Assim, em que pesem as alegações do impetrante, de rigor a manutenção da custódia cautelar até o julgamento da apelação criminal, ante a presença dos requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal. (Fl. 46)

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente